

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0204-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.046221406>

1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2* é composta por 13 (treze) capítulos produtos de revisão de literatura, ensaio teórico, pesquisas qualitativa e quantitativa, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, discute o *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)* e os limites e possibilidades das *políticas de Educação do Campo e Territórios da Cidadania na conformação de uma política de agricultura familiar*. O segundo, por sua vez, discute as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da análise e discussão de um projeto produtivo.

O terceiro capítulo, discute a relação existente entre produção de alimentos em larga escala e a fome no Brasil. O quarto por sua vez, discute as contradições vinculadas à efetivação dos direitos das pessoas com transtorno mental em situações de crise em saúde mental e contradições vinculadas.

O quinto capítulo, discute os resultados da pesquisa acerca das estratégias abordadas pela Biblioteconomia para a preservação/conservação de documentos. O sexto, por sua vez apresenta os resultados de pesquisa realizada em 2021, acerca do contexto de uma *biblioteca pública e o potencial do Estudo de Comunidades neste cenário*.

O sétimo capítulo, discute a administração de instituições públicas de ensino e sua transformação em instituto universitário. O oitavo, por sua vez, discute a relação entre a qualidade do serviço prestado pelo pessoal administrativo e a satisfação dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior.

O nono capítulo apresenta *um mapeamento sistemático da literatura, referente às ferramentas utilizados em avaliações de impacto social*. O décimo, por sua vez, discute *o desenvolvimento e o uso de um modelo de diagnóstico capaz de identificar a maturidade da agência reguladora*.

O décimo primeiro, discute os limites e possibilidades no direito brasileiro no contexto da reparação dos danos ambientais e litígios climáticos. O décimo segundo, discute os resultados da pesquisa acerca da relação entre treinamento de equipe e a satisfação do cliente.

E finalmente o décimo terceiro capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da produção em revistas científicas acerca da Música, e como estas produções se conectam com as ciências sociais.

Neste contexto, convidamos o leitor a acessar o material vinculado, produzido a partir da análise investigativa dos autores, conhecer as discussões e reverberar no seu cotidiano profissional.


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL DURANTE OS DOIS GOVERNOS DE LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Banjaqui Nhaga

Diego de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214061>

CAPÍTULO 2..... 17

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

Frederico Maciel Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214062>

CAPÍTULO 3..... 31


A PRODUTIVIDADE DE ALIMENTOS E A FOME NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESTE CENÁRIO NA PANDEMIA POR COVID-19 EM 2020

Éverson Lucas Coradin

Elis Regina Costa

Taciana Wilke Pires

Adriele Inácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214063>

CAPÍTULO 4..... 35

CONTRADIÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA ATENÇÃO À CRISE

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Ana Lucia César da Costa

Francisca Maria Soares

Josélia Macêdo de Carvalho Sousa


Maria Ester da Costa

Maria José Girão Lima

Ana Gabrielly da Silva

Maria da Conceição Silva Rodrigues


Tamires Leticia Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214064>

CAPÍTULO 5..... 46

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

Tatiana Frazão Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214065>

CAPÍTULO 6..... 55

ESTUDO DE COMUNIDADE: A BIBLIOTECA PÚBLICA “JOSUÉ” E SEU ESTIMADO

PÚBLICO

Regina L. Péret Dell'Isola
Raquel Ferreira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214066>

CAPÍTULO 7..... 73

ADMINISTRACIÓN DE INSTITUCIONES EDUCATIVAS PUBLICAS SIN PRESUPUESTO DIRECTO Y SU TRANSFORMACIÓN A INSTITUTO UNIVERSITARIO DESARROLLANDO LOS EJES ESTRUCTURANTES


Christian Javier Aguas Diaz
J Flores
K.Sarmiento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214067>

CAPÍTULO 8..... 88

CALIDAD DE SERVICIO DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y SATISFACCIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE JULIACA


José Oscar Huanca Frías
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214068>

CAPÍTULO 9..... 99

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA


Isabelly Batista Silva
Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214069>

CAPÍTULO 10..... 120

O USO DE MODELOS DE MATURIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE REGULATÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Danielle Zanoli Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140610>

CAPÍTULO 11..... 139

A REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E O NEXO DE CAUSALIDADE NOS LITÍGIOS CLIMÁTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Carolina Benzi Bastos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140611>

CAPÍTULO 12..... 161

CAPACITACION DE PERSONAL Y SATISFACCION DEL CLIENTE DEL SUPERMERCADO

PLAZA VEA-JULIACA


José Oscar Huanca Frias
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140612>

CAPÍTULO 13..... 172

MÚSICA & CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR EM ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 2015 E 2019

Rogério de Brito Bergold

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140613>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 195

ÍNDICE REMISSIVO..... 196

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

Data de aceite: 01/06/2022

Frederico Maciel Borges

Sociólogo, aluno Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

RESUMO: O artigo trata de estudo sobre o projeto de fabriqueta de farinha, como modalidade de política pública de combate à pobreza rural, na comunidade de Brejão, em Claro dos Poções, norte de Minas Gerais. A política pública foi implantada no Brasil entre 1986 a meados de 2010 com recursos do Banco Mundial e coordenação dos governos estaduais. Por meio de entrevistas, observações in loco e classificações em diferentes critérios, pesquisa que avaliou o projeto considerou que o mesmo foi em partes efetivo, visto que foi implantado, mas não foi eficaz nem eficiente em cumprir seu objetivo de combater a pobreza rural na localidade. A comunidade de Brejão tornou-se conhecida na região quando recebeu em 2008 o vice-presidente do Banco Mundial para conhecer os projetos que haviam sido recentemente instalados. Apesar da visibilidade momentânea, diversos problemas e dificuldades acumularam-se ao longo dos anos, tornando a fabriqueta subutilizada. Avaliou-se os fatores que fazem com que projetos desse tipo só consigam mitigar a pobreza ou mesmo compensar os camponeses diante dos impactos que vêm sendo gerados por projetos agropecuários de grande dimensão com a anuência do Estado e benefícios concentrados.

PALAVRAS-CHAVE: Combate à Pobreza (PCPR). Avaliação de Política pública. Banco Mundial.

ABSTRACT: The article deals with a study on the flour factory project, as a modality of public policy to combat rural poverty, in the community of Brejão, in Claro dos Poções, north of Minas Gerais. Public policy was implemented in Brazil between 1986 mid-2010 with resources from the World Bank and coordination from state governments. Through interviews, on-site observations and classifications in different criteria, the research that evaluated that the project considered that it was in part effective, since it was implemented, but was not effective or efficient in fulfilling its objective of combating rural poverty in the locality. The community of Brejão became known in the region when he received in 2008 the vice president of the World Bank to learn about the projects that had recently been installed. Despite the momentary visibility, several problems and difficulties have accumulated over the years, making the factory underutilized. The factors that make projects of this type only succeed in mitigating poverty or even compensating peasants in the face of the impacts that have been generated by large-scale agricultural projects with the consent of the State and concentrated benefits have been evaluated.

KEYWORDS: Combating Poverty (PCPR). Public Policy Assessment. World Bank.

A pobreza é um fenômeno social complexo que tem sido analisado e debatido a partir de suas múltiplas dimensões e

interpretações. Analisá-la a partir de uma única variável é reduzir a sua complexidade. Governos e entidades oficiais há anos adotam a variável *renda* como determinante para a identificação da condição de pobreza, apesar de já incorporarem em suas análises índices de longevidade, educação, saúde, cidadania, liberdade, habitação, meio ambiente dentre outras.

Compreender fragilidades comunitárias em outras dimensões da realidade social permite a pesquisadores e analistas de políticas públicas governamentais chances de identificar outras carências para além da renda monetária, que também são determinantes para condições de privação e pobreza. É na identificação e análise das múltiplas dimensões das carências que as políticas públicas têm a oportunidade de serem melhor direcionadas e implantadas.

Para a concepção de políticas públicas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais prevalece como determinante a variável renda *per capita* familiar. Dentro desta perspectiva as regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte do estado de Minas Gerais são enquadradas como as regiões com os maiores percentuais de domicílios considerados *pobres* em função dos níveis de renda mensal familiar. Nessas regiões, cerca de 50% dos domicílios têm rendimentos médios de até 1/2 salário mínimo, *situação de pobreza* segundo a FJP – Fundação João Pinheiro (2017).

O *Projeto de Combate à Pobreza Rural* (PCPR/MG) foi uma política pública governamental que viabilizou projetos em comunidades rurais nos municípios pertencentes às regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais. Em sua terceira e última fase de atuação no Estado, o Programa abrangeu 188 municípios entre os anos de 2006 e 2014. O presente artigo pretende avaliar e discutir a atuação deste Programa na comunidade rural de Brejão, município de Claro dos Poções, Norte de Minas Gerais.

Em sua segunda fase (1995-2005) o Programa passa por reformulações e passa se chamar *Projeto de Combate à Pobreza Rural* (PCPR), nomenclatura que se manterá até sua terceira e última fase de atuação no Estado de Minas Gerais (2006-2010).

Por cerca de trinta anos todas as fases do Programa foram implantadas e operacionalizadas pelos governos dos estados participantes, que a partir de 1996 passaram a firmar seus próprios convênios de financiamento com o Banco Mundial (BIRD) de forma autônoma. A partir de 1995 o governo Federal deixou de avalizar os termos de convênio entre os Estados e o Banco, responsável por disponibilizar os recursos financeiros para a implantação de projetos não reembolsáveis em comunidades rurais que foram subdivididos em três categorias: *produtiva*, *social* ou de *infraestrutura*.

A categoria dos chamados *projetos produtivos* foi a mais demandada pelas comunidades rurais. Eles financiavam por exemplo a construção e implantação de fabriquetas de farinha, ou de rapadura, granjas aviárias ou de suinocultura, pequenas cozinhas agroindústrias, aquisição de matrizes bovinas e de animais para tração animal ou máquinas e implementos agrícolas. Segundo Severino (2014), entre os anos de 2006 e

2010 o PCPR/MG financiou a implantação de 1.722 *projetos* em Minas Gerais, atendendo 93,5 mil famílias do norte do Estado, com recursos da ordem de R\$ 83,2 milhões.

Mas os recursos do Banco Mundial já vinham sendo aplicados no Norte de Minas Gerais desde a década de 1960 financiava grandes projetos agrícolas destinados sobretudo à implantação da monocultura do eucalipto e de grandes projetos de irrigação que foram coordenados por diferentes agências e órgãos governamentais. Há que considerar que neste período, a política econômica nacional se orientou pela chamada *modernização conservadora*, em que os grandes proprietários de terras e empresas financeiras, utilizando-se de recursos da SUDENE e do Banco do Nordeste, transformaram suas fazendas em empresas agropecuárias. Tais empresas para estarem aptas a captarem os recursos necessários à modernização de suas atividades agropecuárias, necessitavam apresentar projetos vinculados à assistência técnica, inicialmente disponibilizada pela EMATER-MG e aquisição de insumos industriais.

Os primeiros recursos disponibilizados pelo Banco Mundial voltados ao financiamento de projetos agrícolas a comunidades rurais foi acontecer apenas com o PAPP a partir de 1983, período concomitante a redemocratização política do Brasil. Em parceria com o Banco Mundial, o país se propôs agora, a promover o desenvolvimento das pequenas comunidades rurais, supostamente esquecidas pelas políticas agrícolas implantadas durante os vinte e um anos de governos militares.

BREJÃO, CLARO DOS POÇÕES/MG

O município de Claro dos Poções foi primeiro da região Norte do Estado de Minas Gerais a ter projetos aprovados e implantados durante a terceira etapa do programa com um total de nove projetos. A comunidade rural de Brejão recebeu dois destes projetos e por isso foi uma das comunidades escolhidas para receber a visita do então vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Justin Yifu Lin, que esteve no município em 2008 para visitar projetos do PCPR/MG financiados pelo Banco.

A visita de Justin Yifu Lin a Brejão, mobilizou inúmeros agentes políticos e da imprensa regional. A visibilidade que a comunidade recebeu, aliada ao seu simbolismo nos levou a escolher esta comunidade para avaliar em 2018 os dois projetos que foram finalizados em 2008. O primeiro projeto de Brejão foi destinado para ampliação da estrutura física da fabriqueta de farinha que a comunidade já possuía, e o segundo projeto foi a mecanização do processo produtivo da raiz de mandioca, antes manual. Este artigo é fundamentado na avaliação destes dois projetos produtivos - *ampliação e mecanização*, cujas pesquisas de campo foram realizadas em 2018, doze anos após a sua implantação.

Em 2016 Glenio Martins então presidente da EMATER-MG, fez a seguinte declaração no sítio oficial da empresa: “O PCPR/MG fez uma série de investimentos em

agroindústria, muitos investimentos ociosos, obsoletos”¹. Esta afirmação vai de encontro ao trabalho de SANTOS et al. (2013, p.2), cujos autores identificaram que alguns projetos produtivos do PCPR/MG implantados em comunidades rurais do município de Salinas/MG não haviam atingido as metas inicialmente pretendidas pelo programa, após quatro anos de implantados.

“(…) Na fabriqueta de farinha, por exemplo, os beneficiados dizem usar a farinha para consumo ou troca e que não dá pra vender, pois produzem muito pouco (...) A maioria afirmou que até hoje nada pôde ser adquirido devido ao baixo retorno da renda dos subprojetos. (...) Observou-se, também, que nos subprojetos de Beneficiamento de Cereais, os beneficiados não obtiveram nenhum retorno financeiro, portanto, não puderam realizar nenhum complemento na sua renda. (...) Na Fabriqueta de Farinha em Nova Fátima, que teve início em 18/12/2010, a realidade encontrada não evidencia efetividade. O subprojeto se encontra parado; as máquinas estão ociosas e os plantios estão se perdendo, pois falta energia elétrica na fábrica. (...)” (SANTOS et al.2013).

Afinal após dez anos da visita de Lin a localidade de Brejão para visitar o PCPR/MG estariam os projetos em funcionamento? Teriam conseguido reduzir a pobreza na comunidade visto ser esta a principal premissa do Programa? Ou estariam ociosos e inoperantes como verificado por Santos (et. al.2013) no município de Salinas/MG em 2013 e como afirmou o Presidente da EMATER/MG em 2016 ?

“PROTAGONISMO”

A primeira fase deste Programa de ‘desenvolvimento rural’ foi implantada pelo Governo Federal pela primeira vez em 1983 nos estados do Norte e Nordeste do país, incluindo a região Norte de Minas Gerais. Até 1995 o Programa levou o nome de PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural que tinha como objetivo primeiro, a organização dos moradores das localidades rurais em Associações de produtores legalmente constituídas para assim, estarem aptas a receberem os financiamentos do Programa.

Em Minas Gerais esta atividade ficou a cargo dos técnicos da SETAS – Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, que tinha como objetivo final, criar uma classe média rural investindo apenas naqueles produtores identificados pelos técnicos da EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, que fossem considerados aptos a atingirem determinadas metas.

Apesar das duas reformulações pelas quais passou o PAPP, permaneceu como central, o seu objetivo em financiar pequenos projetos agrícolas comunitários, coletivos e não reembolsáveis em comunidades rurais consideradas pobres. A primeira reformulação aconteceu em 1995 quando a metodologia utilizada pelos técnicos dos Estados para a implantação dos projetos, passou a primar por ações que fomentassem o protagonismo e

¹ (EMATER-MG, 2016)

autonomia dos beneficiários quanto à identificação de suas próprias demandas de projetos. Procurou-se incentivar a participação dos beneficiários para a discussão, a elaboração, a implantação e o gerenciamento de seus projetos.

Permite-se agora que sujeitos historicamente deixados à margem das políticas públicas, a exercer um protagonismo inédito em sua relação com Estado, que agora se faz mais próximo. Técnicos do Estado passam a mobilizar a legalização das Associações comunitárias, os debates, as discussões, a votação e o registro em Ata do projeto coletivo pleiteado pela comunidade. A comprovação desses processos de discussão do projeto junto aos beneficiários tornou-se a principal condicionante do Programa instituída a partir de sua segunda fase, para que as comunidades acessem os recursos. Em Minas Gerais, a EMATER-MG e o IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - foram as entidades responsáveis atuar junto às comunidades rurais.

A nova metodologia para implantação de projetos previa uma série de etapas que, em tese, primavam pelo estímulo às práticas democráticas e participativas dos membros da comunidade. O Banco Mundial instituiu o *Manual Técnico de Operação* onde definia as regras e os procedimentos para garantir aos beneficiários um processo democrático e participativo na escolha e definição das demandas.

O manual previa além da regularização e valorização das Associações Comunitárias, também a implantação e regularização do CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de cada município e que tiveram um papel determinante no Programa. Os projetos só tinham recursos liberados após aprovação dos membros do CMDRS .

Cada município recebia do Estado um valor específico para a implantação dos projetos PCPR/MG com base no IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal . Em Minas Gerais esse índice é elaborado pela FJP - Fundação João Pinheiro e calculado com base nas taxas municipais de expectativa de vida, de educação e de renda, condições de moradia, de saneamento e de disponibilidade de recursos hídricos.

Normalmente o número de projetos apresentados ao CMDRS pelas comunidades rurais era superior aos recursos disponíveis ao município. O CMDR foi então instituído pelo Programa como o espaço para a discussão e seleção das propostas apresentadas por cada comunidade rural via associação comunitária. Desta forma, acontecia “disputa” entre os representantes das comunidades que precisavam defender, justificando, a relevância e importância do projeto demandado aos membros do CMDRS.

Quando uma demanda por projeto comunitário não era aprovada no CMDRS, o mesmo retornava à comunidade para que fossem realizadas alterações ou readaptação da proposta inicial. O retorno de um projeto à comunidade normalmente indicava que o CMDRS considerava a proposta não condizente com a realidade da comunidade proponente ou eram preteridas por projetos de captação ou distribuição de água apresentados por comunidades com escassez de deste recurso essencial.

No município, o CMDRS era a última instância decisória para a aprovação de um

projeto. Uma vez aprovado pelos técnicos da EMTER-MG e pelo CMDRS o projeto ainda deveria ser submetido à avaliação dos técnicos do IDENE, que poderiam emitir parecer favorável ou não a partir critérios técnicos.

Essa hierarquia decisória de um projeto que é escolhido pela comunidade é questionada pelo antropólogo e Prof. Romano (2002) que entende que as políticas públicas fundamentadas em *projetos coletivos* que age no sentido de como forma de “empoderar” a comunidade beneficiária não conseguem atingir essa premissa. A proporem por exemplo que o projeto comunitário seja definido pelo voto de seus membros, essa opção reduz a decisão que deveria se comunitária, aos interesses individuais. Utiliza-se o sufrágio como princípio democratizante mas que na verdade reforça a lógica dos interesses privados e desejos individuais que normalmente são influenciados pelos membros mais influentes da comunidade.

A complexidade das políticas públicas se faz presente mesmo onde não se imagina existir conflitos. Usualmente uma comunidade rural é constituída por um ou mais grupos familiares, cada uma com interesse específico e distinto dos interesses das outras famílias e há uma disputa de poder quando recursos financeiros são disponibilizados para a implantação de algum projeto que deve, em tese, ser de utilização de todos. Mas entre o desejo e o realizado, há uma permanente queda de braços com a cooptação final do recurso. “(...) O empoderamento da comunidade se torna um subproduto do empoderamento individual (...)” (ROMANO, 2002, p.13).

A COMUNIDADE DE BREJÃO

A comunidade rural de Brejão é cortada pela principal rodovia de acesso a área urbana no município de Claros dos Poções, estando distante apenas 4 km. Situa-se na parte baixa de um grande vale cercado por chapadas onde há o plantio extensivo de eucalipto. Atualmente conta com aproximadamente trinta famílias que estão distribuídas em áreas loteadas de 360 m².

As visitas a campo para a pesquisa ocorreram entre julho e novembro de 2018. Foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas: com nove moradores da comunidade, um técnico da EMATER-MG de Claro dos Poções, com o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e com um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

Os entrevistados apontaram que o município há 40 anos era um grande produtor de gêneros alimentícios. Colhiam-se fava, milho, feijão, arroz, cana e mandioca, e se produzia muita farinha e rapadura, “tudo com muita fartura”. A produção era frequentemente comercializada com os municípios de Montes Claros e Belo Horizonte. A região de Brejão também era uma grande produtora de alimentos.

Com o da derrubada da vegetação nativa para introdução da monocultura do

eucalipto e para o empastamento com espécies exóticas de capim, consolidou o processo de concentração fundiária instaurados nos anos 1960, o que afetou drasticamente os sistemas de produção das comunidades rurais do município tanto no acesso aos recursos naturais, como a água e o acesso às áreas devolutas até então utilizadas para a criação de gado “na solta”.

Dois projetos PCPR/MG foram implantados em Brejão. Em 2006, o projeto intitulado *Ampliação da unidade de processamento da mandioca* da categoria *infraestrutura* contou com orçamento em R\$ 13.850,50 e objetivo de beneficiar 50 famílias da comunidade. O segundo projeto foi implantado em 2008, intitulado *Aquisição de equipamentos e melhoria da unidade de processamento dos derivados da mandioca*, da categoria *produtivo*, com o orçamento de R\$ 28.136,02 com o objetivo de beneficiar agora 70 famílias.

No dia 18/11/2008, a visita do então vice-presidente do Banco Mundial que foi conhecer pessoalmente a fabriqueta de farinha financiada pelo Banco movimentou a comunidade. Cristina, então Presidente da Associação comunitária e produtora de farinha e polvilho conta que o vice-presidente foi acompanhado por uma grande comitiva que envolveu pessoas de diversas entidades governamentais e políticos da região. “Veio um ônibus com mais ou menos 30 pessoas. Chegou pela manhã. Fizemos *beijú* na hora para todos. Ele (*Lin*) foi educado durante toda a visita e perguntava muito sobre os equipamentos e sobre o processo de produção e fez questão de acompanhar todas as etapas do processamento da farinha de mandioca e polvilho que foi produzida durante a sua visita”, conta Cristina.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Após 10 anos da visita de uma importante autoridade do Banco Mundial a Brejão, constatamos que a fabriqueta de farinha e polvilho continuava em funcionamento. Possuía um ambiente asseado e com estrutura física conservada. No dia da nossa visita para esta pesquisa, não havia produção em andamento, mas percebe-se ela havia acontecido no dia anterior, uma vez que uma grande quantidade de polvilho úmido estava secando ao sol sobre uma grande bancada de madeira. Dentro da fabriqueta havia farinha estocada, tanto em sacos de 50 kg quanto em embalagens de 1 kg, transparentes e seladas. A fabriqueta estava em funcionamento.

Entretanto, observou-se que das 70 famílias que seriam beneficiadas pela mecanização da fabriqueta no projeto de 2006, verificamos que apenas 6 pessoas estavam sendo diretamente beneficiados, todas pertencentes a 3 famílias. Elas trabalhavam regularmente na fabriqueta, produzindo farinha de mandioca e polvilho.

Em razão das áreas reduzidas para plantio, alguns agricultores da comunidade não participavam diretamente dos processos produtivos, mas eram beneficiários indiretos do projeto uma vez que cediam suas terras para o plantio “na meia” ou cedendo a raiz da mandioca *in natura*, em troca de parte da farinha produzida. Esse grupo de agricultores

também consideramos beneficiários do programa. Verificou-se com isso um total de 15 famílias beneficiadas pelo projeto em 2018. Trata-se de uma redução de 78,58%, no número de famílias a serem beneficiadas então previsto para atender 70 famílias na comunidade.

Brejão ainda era uma comunidade cujas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social em 2018. Verificamos que pobreza rural em Brejão, estava também relacionada à diminuição da oferta de água na comunidade e sua escassez coincide com a chegada da monocultura do eucalipto que foi plantado nas chapadas circunvizinhas à localidade.

Outro fator importante estava relacionado ao tamanho das propriedades dos agricultores que lá residem, que surgiu a partir do loteamento de uma fazenda que demarcou seus dos lotes utilizando-se da metragem usualmente urbana de 360m². O loteamento foi criado na década de 1995 e surgiu para atender as necessidades de partilha da terra de uma família e também por razões comerciais. Indiferente a estas motivações, o vilarejo de Brejão se formou, sobretudo, em virtude de uma *demandada reprimida* por terras dentro da própria comunidade. Ou melhor, surgiu pela dificuldade que os mais jovens, e as novas famílias que se constituíam, tinham para ter acesso a terra.

O PCPR/MG da fabriqueta de farinha não foi o primeiro contato da comunidade com políticas públicas. Brejão já recebera etapas anteriores do Programa voltados a implantação de energia elétrica, poços artesianos, reforma de casas e construção de sistemas de captação de água de chuva nas casas das famílias ali residentes.

A partir da década de 1980 utilizaram-se diferentes nomes e nomenclaturas para programas e projetos que tinham pelo menos no discurso oficial, o objetivo de viabilizar a superação da pobreza em Brejão, mas que nada mais foram, do que programas que apenas garantiam os recursos mínimos de sobrevivência a pessoas de uma comunidade que em 40 anos perdeu a fartura de água, de recursos naturais e de alimentos.

Em relação ao projeto da fabriqueta de farinha, a produtora Cristina, não se esquivou em fazer críticas quanto a determinadas situações vivenciadas. Sobre o papel da EMATER-MG, salienta que houve um grande empenho do escritório de Claro dos Poções durante todas as etapas de implantação, elaboração e execução do projeto da fabriqueta.

Entretanto, seis meses após a instalação das máquinas, a comunidade ainda tinha grande dificuldade em operar os equipamentos. Segundo seus relatos, não se conseguia por exemplo controlar a quantidade de fogo necessário para a torrefação da mandioca e a farinha era constantemente queimada. Cristina conta que “desperdiçava-se muita farinha porque ora queimava ora ficava crua. Isso durou uns seis meses, até que fomos à EMATER-MG, pedimos, e ela solicitou que os vendedores da máquina viessem nos ensinar a operar, e eles vieram”.

A produtora também observa que não houve por parte da EMATER-MG qualquer orientação ou capacitação quanto ao plantio e manejo da produção de mandioca na localidade, de maneira a promover o aumento produtivo da raiz, principal insumo do projeto.

Sua observação foi de encontrou aos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2018) que apontam que de 2004 a 2017 a quantidade de mandioca produzida no município – em toneladas – teve redução de 85%. A área de plantio no mesmo período foi reduzida em 47,83% e a produtividade média reduzida em 72%.

São dados preocupantes para uma comunidade que se predispôs a trabalhar em um projeto coletivo de produção de farinha e polvilho de mandioca cuja mecanização de seus processos produtivos agora demanda uma quantidade muito superior de matéria prima, em relação ao processamento artesanal.

Não houve também segundo Cristina, um trabalho posterior das entidades envolvidas quanto a capacitação das produtoras no desenvolvimento de estratégias para comercialização dos produtos. Embalagens, técnicas de embalagem, rótulo e marketing são variáveis fundamentais para a sustentabilidade projetos de iniciativas produtivas destinados ao mercado consumidor de gêneros alimentícios.

A pesquisa constatou a ausência de destinação adequada do principal resíduo do processo produtivo da mandioca, a *água da mandioca* ou *manipueira*, um resíduo do processo produtivo de farinha que é venenoso e nocivo ao homem e aos animais quando ingerido puro e poluidor do meio ambiente cujo tratamento ou destino adequado é obrigatório para projetos de processamento de farinha.

Em relação à superação da situação de pobreza, três produtoras da fabriqueta informaram que a renda auferida com a venda de farinha e polvilho não representava um acréscimo significativo à renda familiar, concluímos que o PCPR/MG não teve *efetividade* em combater a pobreza rural naquela comunidade.

AVALIAÇÃO DE PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE

Dentro do conceito de *efetividade* proposto por Cohen e Franco (2002), talvez sob a ótica dos órgãos de governo envolvidos no PCPR/MG a avaliação dos projetos em Brejão talvez aponte para a sua *efetividade* uma vez que as obras para ampliação da fabriqueta foram realizadas, as máquinas e equipamentos foram adquiridos e instalados e verificamos que a fabriqueta estava funcionando no período da pesquisa, 12 anos após a implantação do projeto.

Entretanto, os trabalhos de campo demonstraram a partir de entrevistas semiestruturadas, observações e conversas informais, que o projeto produtivo da fabriqueta de farinha na comunidade rural de Brejão não foi *eficaz*, não foi *eficiente* e nem apresentou *efetividade* em cumprir seu objetivo que é o de combater a pobreza rural na localidade.

Com o objetivo de verificarmos o nível de sustentabilidade do projeto, utilizamos cinco indicadores adotados por Soares (1997) na pesquisa intitulada *Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)* (SOARES,1997) e propusemos cinco novos para identificar o nível de sustentabilidade

financeira e ambiental da fabriqueta.

Os identificadores de sustentabilidade propostos por Soares (1997) são: *operação* (processo produtivo do subprojeto); *intermediação* (atuação de agentes externos no processo de implantação); *conhecimentos* (domínio na operação das máquinas e equipamentos e na comercialização); *caixa/manutenção* (constituição de fundo para manutenção de máquinas e equipamentos) e *assistência técnica* (prestada pelos órgãos responsáveis).

A partir destes identificadores propusemos a inclusão de cinco novos indicadores tendo em vista o surgimento de novas preocupações ambientais e de um novo entendimento acerca de políticas públicas rurais: *água* (disponibilidade/oferta de água potável na comunidade); *matéria-prima* (disponibilidade para atender as demandas do subprojeto); *beneficiários atendidos* (famílias beneficiadas com a instalação do projeto); *rejeitos* (destinação do rejeito e possível reaproveitamento ou reciclagem) e *mercado* (distância e acesso ao mercado consumidor). Totalizando 10 variáveis, estabelecemos uma pontuação para classificação da *perspectiva de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos em Brejão:

Pontuação total - faixas -	Perspectiva de sustentabilidade
0 a 10	Nula
40 a 50	Mínima
60 a 70	Pequena
80 a 90	Satisfatória
90 a 100	Sustentável

Tabela 1 – Faixas de pontuação

Critério/Variáveis	0 pontos	5 pontos	10 pontos
1 – Operação	Parado	Semiparalisado	Operando
2 – Intermediação	Intensa	Pequena	Nenhuma
3 – Conhecimentos	Nenhum	Pequeno	Grande
4 – Caixa/Manutenção	Não	Insuficiente	Suficiente
5 – Assistência Técnica	Sem	Parcial	Total
6 – Água	Insuficiente ou compromete ouso coletivo	Suficiente, mas captada por poço artesiano ou nascente;	Suficiente, captada por sistema de gravidade até 500 metros (exceto nascentes)
7 – Matéria-prima	Insuficiente	Razoável	Grande
8 – Nº Beneficiários atendidos	Até 1/5 em relação ao projeto inicial	Até a ½ em relação ao projeto inicial	= ao projeto inicial
9 – Rejeitos/resíduos	Queima ou Espalhado a céu aberto	Fossa séptica ou Fossa seca	Tratamento por: Reaproveitamento; Reutilização; Reciclagem;

10 – Mercado consumidor	Sem transporte regular de passageiros ou Acima de 100 km de estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 100 km estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 50 km estrada de chão
-------------------------	---	---	--

Tabela 2 – Proposta de Avaliação de perspectivas de sustentabilidade (com fundo em cinza a avaliação atribuída a cada critério)

Pela nova proposta de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos implantados em Brejão, constatamos que os projetos de ampliação e mecanização implantados na fabriqueta de farinha em Brejão totaliza 45 pontos, ou seja, o projeto possui perspectiva de sustentabilidade considerada **MÍNIMA** dentro desta metodologia de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa partindo da hipótese de que os projetos produtivos implantados pelo Projeto Combate à Pobreza Rural (PCPR/MG) no ano de 2006 na comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções, poderia não estaria em funcionamento após 12 anos de sua implantação, visto as observações do Presidente da EMTER-MG (2016) e SANTOS et.al (2013).

Encontramos uma fabriqueta de farinha de mandioca e povelho em atividade, mas com problemas que consideramos grave, como a ausência de destinação adequada para a *manipueira*. Concebido para atender 70 famílias, em 2018 o projeto atendia 15 famílias, 3 de forma direta e 12 de forma indireta. Uma redução de 78,58%, no número de famílias atendidas demonstra que o projeto e não foi *eficaz* em atingir o número de famílias beneficiárias previstas. Ao aplicarmos os *indicadores de perspectiva de sustentabilidade*, propostos por Soares(2017) onde constatou-se uma perspectiva de sustentabilidade **MÍNIMA** em relação ao projeto implantado.

Concluimos que ainda que em funcionamento o PCPR/MG fabriqueta de farinha, em Brejão foi ineficaz e ineficiente.

Quanto a metodologia imposta pelo Banco Mundial ao Programa para a implantação dos projetos, acreditamos ser excessivamente burocrática e hierarquizante. Concordamos com a problematização trazida pelo Prof. Romano (2012) para quem esses são projetos que carregam um suposto empoderamento das comunidades beneficiárias uma vez que ele é eivado de diversos pareceres técnicos capazes de privar os beneficiários das demandas que realmente gostariam de implementar. Para Romano (2012), o ideal seria que o público alvo do programa possuísse autonomia total sobre a demanda de projetos.

Com tantas instâncias e técnicos envolvidos para a aprovação dos projetos PCPR/MG, o Programa não concede uma real autonomia dos sujeitos em suas escolhas. O poder

decisório permanece vinculado a outras instâncias “superiores”. É o parecer técnico que autorizará ou não o projeto demandado pela comunidade. A partir desta premissa também entendemos que o PCPR/MG é *ineficiente* em promover uma verdadeira autonomia política e social dos sujeitos beneficiados.

A região norte do Estado de Minas Gerais é marcada pela presença de comunidades rurais que trazem consigo um *modo de vida* próprio, que se manifesta através de suas características históricas, sociais, culturais e econômica cujo *modo de vida* próprio, é reconhecido pelo Estado através determinados dispositivos jurídicos, que primam por sua preservação e proteção.

Tecnologias produtivas como máquinas e implementos agrícolas visam otimizar o trabalho em diversas fases dos processos produtivos. Mas quando esse processo é impulsionado pelo Estado cujos prazos e parâmetros são determinados por uma outra instância, como o Banco Mundial, acreditamos que em determinados casos os resultados podem nem sempre corresponder às metas definidas e esperadas.

Muitas destas comunidades mantêm relações sociais, produtivas e comerciais cujas práticas muitas vezes diferem em alguma medida, da lógica capitalista pautada na produção de excedentes em grande escala com fins à comercialização também em larga escala.

Pode-se afirmar que tais projetos servem à transferência de recursos financeiros que passam pela comunidade, em direção às indústrias produtoras máquinas e equipamentos agrícolas e para os órgãos de Estado que assessoram tais comunidades. São recursos vultuosos que desenvolvem efetivamente determinados setores da sociedade através da concentração de capital, mas não a comunidade selecionada para ter sua ‘pobreza combatida’.

O Banco Mundial além de financiar projetos de desenvolvimento em todo o mundo, também é a instituição responsável pela definição e enquadramento da pobreza como um valor a ser replicado em diferentes culturas e continentes no planeta. Trata-se de uma determinação externa, baseada em princípios e valores também externos do que é a pobreza. Entretanto, entendemos que pobreza tem diferentes dimensões. Trata-se de uma variável complexa que precisa ser contextualizada por comunidade, região e país.

Os organismos internacionais se baseiam, sobretudo, na renda *per capita* das famílias para determinar as faixas de pobreza. Essa é uma metodologia que se tornou hegemônica também para as instituições e centros de pesquisas brasileiros. Trata-se de uma leitura que os organismos externos fazem sobre a *pobreza* nos países periféricos. Não representa muitas vezes a complexidade que envolve a questão, cujos conceitos e entendimentos, pode variar conforme a cultura de cada país.

Classificar povos e populações como “pobres” em certa medida facilita processos de estímulo à concessão de financiamentos, que por sua vez, viabiliza condições adequadas para a expansão geográfica do capital para todas as regiões do planeta que em se tratando

de projetos agrícolas, na maioria das vezes beneficia os setores econômicos vinculados aos insumos industriais das grandes corporações que controlam o setor.

Perpassam mais de meio século que diferentes programas agrícolas vêm sendo implantados na região norte de Minas Gerais e que adotam o discurso da modernização e do desenvolvimento e que justificaram a implantação de grandes projetos agropecuários, de reflorestamento e de irrigação nesta região que desencadearam violento processo de ocupação predatória das regiões de chapadas, antes eram responsáveis por garantir o fornecimento de água, alimentos, remédios, madeira e criatório extensivo do gado.

Todo esse processo se deu com a anuência, a proteção e o incentivo financeiro do Estado, em nome do suposto desenvolvimento que não beneficiou as populações e povos historicamente deixados às margens das políticas públicas de desenvolvimento.

A comunidade de Brejão já foi contemplada com um significativo número de políticas públicas através de sua Associação a partir da década de 1990. Isso reforça a ideia da presença de um nível de *empoderamento* e *capital social* em Brejão, mas por outro lado, demonstra sua vulnerabilidade social e ambiental que a tornou profundamente dependente das políticas públicas, como o PCPR/MG, concebido após um longo período em que vultuosos investimentos foram feitos em grandes empresas agropecuárias e de reflorestamento.

A pesquisa apontou que a comunidade rural de Brejão deixou de conviver com a fartura de alimentos e água para tornar-se objeto de políticas públicas compensatórias, mitigadoras das consequências do modelo predatório de desenvolvimento. A comunidade é vítima de um modelo agrário desenvolvido pelo Estado que é excludente, que se utiliza das políticas públicas paliativas e compensatórias, para manter o *status quo* da política agrária no país.

A concentração de terras no país é uma questão histórica e estrutural que mantém as desigualdades sociais e de renda no país. Enquanto não for equacionada, as comunidades rurais continuarão a ‘participar’ de políticas públicas que se pautam por *combater*, e não por *acabar* com a pobreza rural. Políticas públicas compensatórias que se justificam pela ausência de justiça agrária, pelos impactos sociais e ambientais proporcionados pelos grandes projetos de irrigação e de reflorestamento presentes por mais meio século no Norte de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

COSTA, J.B. de A. **Cultura sertaneja: A Conjunção de Lógicas Diferenciadas**. In: SANTOS, G.R. dos (Org). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p77-88.

COHEN, E.; FRANCO, R. (2002). **Avaliação de Projetos Sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural** / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. **Marco de Referência Ambiental** –Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, Dezembro de 2009.

PNUD, FJP e IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **Quatro histórias de terras perdidas: Modernização agrária e privatização de campos comuns em minas gerais**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.9, nº2. Nov/2007. Disponível em <http://Rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/186/169>.>. Acesso em 10/09/2018.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: _____; ANTUNES, Marta (orgs.). Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

SANTOS Fabiana Francisca dos ; TOLENTINO Marlúcia Araújo , LOPES Maria Aparecida REIS Soares, Sandra Melo dos ; SANTIAGO Wagner de Paulo. “**Avaliação da geração de emprego e renda no contexto do projeto de combate à pobreza rural em Minas Gerais**” . Brasil Revista Espacios, vol 34 (nº 7), 2013.

SEVERINO Arnaldo José. **A efetividade do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG) com a participação dos agricultores familiares**. Belo Horizonte, 2014.

SOARES, Ricardo Pereira. Avaliação do financiamento do banco mundial ao programa de apoio ao pequeno produtor rural do nordeste (PAPP). Revista Planejamento e políticas públicas nº 15, IPEA, Brasília, 1997. Disponível em:<<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/125/127>> Acesso em 03 abril de 2018.

Emater-mg e Idene firmam parceria para otimizar trabalhos na área de atuação do instituto. Assessoria de Comunicação EMATER/MG, Belo Horizonte, 28/07/2016.<Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-e-idene-firmam-parceria-para-otimizar-trabalhos-na-area-de-atuacao-do-instituto/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18934 > Acesso em 28 agosto de 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abordagens interdisciplinares 172
- Administración pública 73, 86, 89
- Agências reguladoras 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 137, 138
- Agricultura familiar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15
- Antropologia musical 174
- Avaliação de impacto 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 110, 112, 115, 116

B

- Biblioteca pública 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 71, 72
- Biblioteconomia 46, 47, 61, 67, 71

C

- Centros de atenção psicossocial 38, 39
- Cliente 97, 98, 110, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171
- Comunidades rurais 18, 19, 20, 21, 23, 28, 29
- Conservação de documentos 46, 47, 53, 54
- Contexto social 59, 61, 100
- Convívio social 36
- Coronavírus 19 (Covid-19) 31, 34, 40, 42, 61

D

- Dimensões da realidade social 18
- Dinâmica rural brasileira 1, 2

E

- Educación superior 73, 74, 75, 78, 80, 84, 86, 87, 89
- Escala de maturidade 121, 122, 123, 124, 125, 126, 136, 137
- Estratégia de preservação 50
- Estudo de comunidades 55, 59, 60, 62, 172
- Eventos climáticos extremos 140, 143

G

- Gestão da vida 36

I

Iluminação 52

Impacto social 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118

Insegurança alimentar 31, 32, 33, 34, 143

Institución de educación superior 80

Isolamento social 36, 69

L

Litigância climática 139, 140, 141, 145, 151, 152, 153, 158, 160

M

Mapeamento sistemático 99, 100, 101, 104, 105, 114

Mudanças climáticas antropogênicas 140

O

Organização das Nações Unidas 31, 34, 43

Organização Mundial da Saúde 31, 36

P

Periodo acadêmico 75, 81, 82, 84

Política nacional de agricultura familiar 2, 3

Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 35, 113, 123, 129, 152, 158

Políticas públicas de desenvolvimento rural 1, 2, 7, 8, 14, 17

Produção agrícola 3, 31, 32, 34

Produção global 1

Produtores rurais 1

Projetos produtivos 18, 19, 20, 27

Puesto laboral 162

R

Reforma psiquiátrica 35, 37, 38, 39, 44

S

Segregação 36, 131

Sociedade sem manicômios 37

T




Trabajadores 162, 164, 165

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

